



DE SERTÃO À ENCRUZILHADA DO BRASIL CENTRAL: CARTOGRAFIA E REPRESENTAÇÃO DO NOROESTE DE MINAS NO SÉCULO XVIII

GAMA, Alexandre de Oliveira

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de
Brasília/Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu.
alexandregama@iftm.edu.br*

535

RESUMO

No século XVIII, Paracatu compreendia todo o noroeste de Minas Gerais. Distante dos grandes centros de exploração aurífera da capitania mineira, tais como Sabará, Ouro Preto e Mariana, a região foi no princípio associada na cartografia à ideia de sertão: lugar deserto, dominado pela natureza selvagem. Entretanto, com o passar do tempo, ocorreu uma profunda mudança na maneira como a região passou a ser representada nos documentos escritos e cartográficos. Esta pesquisa lança luz sobre essa mudança demonstrando que, por trás dessa nova imagem, havia o esforço de se justificar as características equilibradas e de destaque do homem paracatuense: um ser humilde e simples e, ao mesmo tempo, fino e requintado.

Palavras-chave: Paracatu. Sertão. Cartografia.

ABSTRACT

During the 18th century, Paracatu comprised the whole Northwest of Minas Gerais. Far from the gold mining main areas of the “capitania mineira”, as Sabará, Ouro Preto and Mariana, the region was at the outset associated with the idea of hinterland in cartography: a wilderness, dominated by wild nature. As time went by, however, a deep change occurred in the way the region would be represented in written and cartographic documents. This research casts light on this change demonstrating that, behind this new depiction of the area, there was an effort to justify the balanced character and the main features of Paracatu’s man: a humble, simple being, but at the same time refined and distinct.

Key-words: Paracatu. Hinterland. Cartography.

I. Introdução

Paracatu, cidade a 240 km de Brasília, no noroeste de Minas Gerais foi descrita inicialmente como um lugar de passagem de expedições terrestres que procuravam indígenas na região sob o ciclo do bandeirantismo na virada do século XVI para o XVII (MELLO, 1983, p. 19-20). Sob o ciclo do ouro no século XVIII, desenvolveu-se a ponto de representar uma das grandes economias da coroa na colônia (CARVALHO, 1992, p. 66). Várias estradas e picadas que ligavam diversas regiões do país a Goiás (Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro além da mineira) fizeram do pequeno arraial um importante ponto de confluência



desses diversos caminhos com passagem pelo Brasil central (COSTA, 2005, p. 101). Apesar de se encontrar no interior do sertão das Minas Gerais, distante dos demais núcleos mineiros (Vila Rica, Mariana, Sabará, São João Del Rei) e pelo fato de a descoberta de suas minas ter se dado quase meio século depois da descoberta do ouro nas outras cidades de Minas, nas fontes consultadas Paracatu está integrada a essas regiões, é dinâmica, não se encontra distante e, muito menos, isolada.

Esta é a representação da cidade - inicialmente denominada Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu (por volta de 1730) e, mais tarde, em 1798, Villa de Paracatu do Príncipe - consolidada na historiografia da região no que diz respeito ao recorte temporal relativo ao seu período aurífero, a partir do segundo quartel do século XVIII. Nos documentos que tratam deste período, o Arraial de Paracatu teria se tornado a grande *encruzilhada* do Brasil central. Como os documentos cartográficos ajudaram a criar essa imagem? Como lidaram com as especificidades já apontadas para a região de Paracatu que compreendia à época todo o noroeste da Capitania de Minas Gerais? Como a região deixou de ser associada ao sertão, como um espaço “vazio” e, ao mesmo tempo, povoado por “selvagens”, para se tornar uma região dinâmica e “civilizada”? Na pesquisa que se segue procuramos lançar luz sobre essas questões.

II. Reflexão teórica

Para amparar esta pesquisa, lanço mão de alguns fios teóricos que vêm sendo tecidos no campo da história para esse tipo de reflexão que proponho fazer sobre as representações e imaginários criados em torno da cidade de Paracatu no século XVIII através de documentos cartográficos do período. Descrevo aqui a cidade de Paracatu, pois seu espaço territorial compreendia neste período toda a região do noroeste de Minas Gerais.

Compreendo a cidade não como uma paisagem urbana estática, fechada e limitada aos seus aspectos físicos e materiais, mas algo muito além disso, tal como apontado por Célia Ferraz de Souza, para quem a cidade “*é, por excelência, o lugar que melhores condições tem de produzir um ambiente fértil para o desenvolvimento das ideias, das imagens e das representações*” (SOUZA, 1997, p. 109). Para a autora, um local privilegiado para análise das discussões e construções imaginárias, pois abriga em um mesmo espaço, uma multiplicidade de formas de se ver, viver e conceber seu espaço. Percebo a cidade de fato, como esse lugar, mas



não em oposição ao sertão, como fizeram os viajantes que conceberam este lugar numa perspectiva maniqueísta, associando-o ao espaço da natureza, da selvageria, do atraso e da falta de cultura, e a cidade, ao moderno e civilizado. O que me interessa neste caso é o olhar com que se concebe o espaço urbano em Paracatu.

Através dos diversos olhares com que a sociedade a vê, das múltiplas opiniões que ocorrem no seu meio, dos vários conceitos e preconceitos que se estabelecem, dos símbolos que se criam, e também por ser o “locus” do poder, é que a cidade é a projeção no espaço físico, do *imaginário social* (SOUZA, 1997, p. 109).

O que vamos fazer é refletir sobre as formas com que a cidade de Paracatu e, por conseguinte, o noroeste de Minas, se faz representar pelos seus agentes sociais nos documentos cartográficos no século XVIII uma vez que “*a cidade se faz representar através das suas imagens e é através delas que se dá a conhecer concretamente; as imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadores do seu conhecimento*” (FERRARA, 1997, p. 193).

Ressalto também a importância da noção de representação para a constituição desta pesquisa. Dentro dessa nova perspectiva dos estudos históricos, as imagens construídas pelos homens, sejam em documentos escritos ou cartográficos devem ser consideradas como formas de representação pelo qual os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo em que vivem. Conforme Sandra Pesavento, as representações são “*matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real*” (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Outra concepção sobre o papel das representações sociais que contribuiu significativamente para as reflexões teóricas aqui apresentadas foi proporcionada pelos estudos de Denise Jodelet. Para ela, as representações sociais são uma “*forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social*” (JODELET, 2001, p. 22), isto é, estão tanto relacionadas a construção de sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros quanto a fenômenos cognitivos. Essas representações estão presentes em múltiplas ocasiões, pois elas “*circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais*” (JODELET, 2001, p. 17-18).



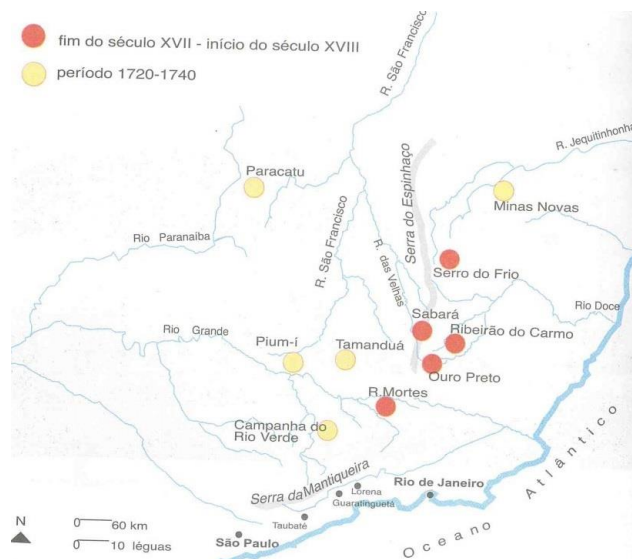
As fontes que utilizo neste trabalho sobre as representações cartográficas do noroeste de Minas no século XVIII podem ser introduzidos nesta reflexão, a partir do momento em que essas formas de narrativa passam a ser concebidas como um produto cultural que produz as suas representações acerca daquilo que retrata. O que temos nessas fontes não são a reprodução fidedigna do passado, mas de uma forma de representação produzida sobre o mesmo, como já foi afirmado.

O que procuraremos perceber a partir de agora será tanto a direção do olhar de vários agentes sociais sobre Paracatu, quanto as construções que fizeram a partir desse olhar de forma a configurar a paisagem cultural da cidade. Quais foram os objetos, os atores e as cenas selecionadas e construídas por eles para compor esse cenário histórico do noroeste de Minas no século XVIII? Segundo Regina Fernandes Saraiva:

A rigor, todo olhar humano, desde as interferências físicas ou simbólicas, em relação ao mundo natural, configuram sua atuação na construção de uma paisagem cultural, ou como diria Brandão, dão um sentido ao cenário, formam “cenários culturais” que são permeados por memórias, por representações e constroem identidades (SARAIVA, 2004, p. 81).

III. As representações sociais e cartográficas do Noroeste de Minas Gerais no século XVIII

Paracatu compreendia, como vimos, todo o noroeste de Minas Gerais durante o século XVIII. Essa região tinha dois significativos ‘inconvenientes’ quando comparada aos outros núcleos de mineração da capitania mineira. O primeiro: enquanto os arraiais e vilas vinculadas à exploração aurífera se desenvolviam, como consequência da descoberta do ouro já no princípio do século XVIII, o ouro em Paracatu somente foi descoberto mais tarde, oficialmente, em 1744. O segundo: a distância. Paracatu está localizada em área da capitania muito distante dos demais núcleos, tais como Vila Rica, Mariana, São João Del Rei, Pitangui (FIGURA 1) e, inclusive, a oitocentos quilômetros da sede de sua comarca, a Vila de Sabará. Isso vai marcar a história da cidade: a imagem da vila isolada, mas não agora no século XVIII.



(FIGURA 1: As primeiras zonas auríferas exploradas pelos colonos situavam-se ao longo da serra do Espinhaço. Fonte: FONSECA, 2011, p. 238).

Acredito que esses sejam os motivos da preocupação de alguns escritores e historiadores regionais (alguns deles paracatuenses) que, no século XX, escreveram sobre a história da *origem* do arraial, ao enfatizarem algumas informações que ganharão destaque em seus escritos.

Primeiro, existe uma preocupação por parte deles de “descobrir” em que momento a região do Paracatu começou a ser povoada. Em segundo, o arraial constantemente aparece, antes de 1744 (data da oficialização da descoberta do ouro), vinculado a caminhos variados que o colocava em contato com vários núcleos de exploração aurífera da capitania das Minas, bem como a outras regiões e capitanias da colônia.

Entre esses autores que escrevem sobre a cidade, Oliveira Melo, professor de História, Letras e Filosofia, historiador, jornalista, redator, cronista, palestrante e grande divulgador da história e cultura do noroeste de Minas foi um dos responsáveis por essa imagem do arraial no século XVIII. Foi, e é, um profissional atuante que marcou profundamente a vida cultural não somente do Município de Paracatu, bem como de todo noroeste mineiro. Seja através de suas atividades enquanto jornalista, redator e cronista, ou enquanto professor, escritor e palestrante na região. Não há como falar em historiografia da cidade sem que se mencione o nome ou se consulte um dos seus mais de vinte livros (sem contar os artigos em jornais) publicados por ele ao longo da segunda metade do século XX sobre a cidade.

Seja qual for a imagem de Paracatu no século XVIII, em grande medida ela foi dada pelo olhar que Oliveira Melo lançou sobre a cidade em todos os seus escritos que fazem



referência àquele período de sua história. Em seu livro *Paracatu do Príncipe: Minha Terra* ele tem a preocupação de informar ao leitor que apesar da primeira menção oficial feita sobre a cidade datar de 1603, com a passagem da bandeira de Nicolau Barreto, a presença de outras expedições na região foi muito anterior a essa data. Ele afirma:

Os historiadores costumam registrar a bandeira de Nicolau Barreto como a primeira a atingir os sertões de Paracatu. Mas pelas tribos dos índios aí moradores, pode-se facilmente identificar as bandeiras que precederam à de Nicolau Barreto nos sertões paracatuenses, apesar de não registrarem o topônimo em seus roteiros (MELLO, 1979, p. 24).

Ao ler seus escritos que tratam do noroeste de Minas Gerais neste período, percebemos uma preocupação em datar a ocupação das áreas despovoadas e o domínio do homem “gentio”, o indígena “selvagem”, como anterior ao século XVIII. Constatamos, a partir disso, aquilo que Laura de Mello Souza escreve: “*Há corporeidade nesse sertão, em tudo diferente da ideia de um vazio, muito comum nas imagens construídas ao longo dos séculos sobre entradas pelo território mais interior...*(grifo meu)” (FONSECA, 2011, p. 17). O que temos com os escritos e imagens construídas por Oliveira Mello é justamente uma tentativa de se preencher esse vazio do sertão no noroeste de Minas, uma vez que sua imagem era fortemente associada a adjetivos pejorativos, tais como os apontados por Zemella: “*a localização da zona aurífera em regiões despovoadas e incultas, longe dos centros produtores de artigos alimentícios fez com que o problema da fome fosse particularmente grave nos primeiros anos da história das minas* (grifo meu)” (ZEMELLA, 1970, p. 174).

O sertão, onde se encontrava o noroeste mineiro, nesse sentido, não é simplesmente um espaço geográfico, definível com fronteiras físicas. Era o lugar do vazio, do selvagem, do indecifrável e também do fantástico. Era o oposto daquilo que se configurava no litoral.

Espaço mais simbólico do que geográfico, o sertão situava-se nas margens do mundo conhecido, ao qual ele se opunha, rejeitando os valores da vida civilizada... Na América Portuguesa, as referências ao sertão principiam no século XVI, quando o interior do continente definiu-se em oposição à faixa litorânea, espaço privilegiado então da colonização portuguesa. A etimologia da palavra permanece desconhecida. Para alguns autores, o sertão derivaria do latim *desertus*, por intermédio do latim vulgar *desertanu*, que pode significar deserto, abandonado, inculto, selvagem, desabitado ou pouco habitado. Nos primeiros relatos sobre a região aurífera, em fins do século XVII, o sertão aparece como lugar inóspito, de difícil acesso, cortado por rios caudalosos e intransponíveis, envolto em matas fechadas e escuras (ROMEIRO, 2004, p. 271).



O mesmo podemos constatar através da representação da região nos documentos cartográficos da época. E não somente nos documentos, mas também naquilo que foi registrado a partir de reflexões sobre eles. É o que se pode constatar através do *Mapa do Certão entre a Serra da Marcela e as nascentes do Rio São Francisco* de 1770 (Figura 2). Percebe-se como a região, mesmo quando se leva em conta todo o movimento populacional já produzido pela descoberta do ouro tanto de Goiás quanto do noroeste de Minas, em Paracatu, é claramente representada como uma região vazia, desabitada.



(FIGURA 2: MAPA DO CERTÃO entre a Serra da Marcela e as nascentes do Rio São Francisco. [s.d.] (Ca. 1770). 35 x 44 cm; IEB-USP (COL. JFAP, 23 – Folha 23). FONTE: COSTA, 2005, p. 182.

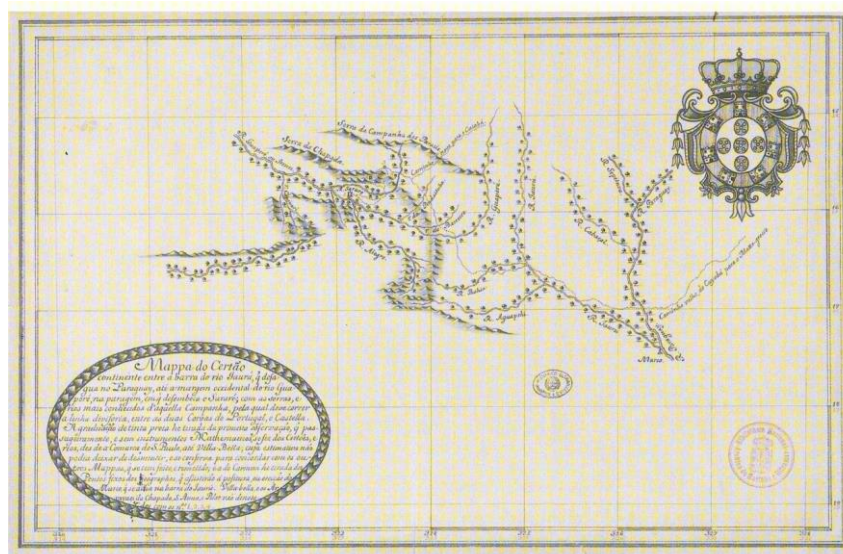
Não somente a região foi retratada na cartografia como uma região “ocupada” pelo vazio quanto também as reflexões feitas a partir desses documentos acabaram levando autores a afirmarem isso. É o que observamos nas descrições feitas a partir desses mapas sobre os sertões mais ao leste: “Estradas entre a região das minas e o Espírito Santo, passando pelo leste de Minas Gerais, só foram possíveis a partir da conquista dos **sertões despovoados** e de seus índios botocudos antropófagos (COSTA, 2005, p. 65 - grifo meu). Antônio Gilberto Costa fala de sertão despovoado ao mesmo tempo em que indica seus habitantes: índios botocudos. Uma clara contradição, reveladora de que os indígenas não eram considerados seres humanos, gente com cultura e organização social.

Nesse mapa, percebe-se que o sertão ocupa a maior parte do centro da imagem, e é flagrantemente a região mais vazia do documento. Não há nem mesmo montanhas ou rios, há somente um espaço vazio. Enfatizo que o mapa foi feito em 1770, época em que a região já



havia passado por longo estado de exploração e muitos de seus núcleos auríferos já se encontravam em franco estado de decadência.

Em outro mapa (FIGURA 3), também intitulado *Mapa do Certão*, de 1750, seu autor representa a região isolada pelo vazio, como se não estivesse integrada a outras regiões. Neste caso, o espaço vazio não preenche o centro da representação (como na FIGURA 2), mas a isola e a “comprime”, de forma que na representação cartográfica, a região parece estar ocupando o centro de uma região desértica. Neste caso, somos levados a confundir o sertão com o deserto.



(FIGURA 3: MAPPA DO CERTÃO continente entre a barra do rio Jaurú, q' deságua no Paraguay até a margem occidental do rio Guaporé, na paragem, em q' desemboca o Sararé; com as serras, e rios mais conhecidos d'aquella Campanha, pela qual deve correr a linha divisória, entre as duas Coroas de Portugal e Castella. Post. 1750. 30 x 22,5 cm; Manuscrito e aquarela; AHU (n. 93/1253). FONTE: COSTA, 2005, p. 33).

Essa é com recorrência a imagem construída e reproduzida dos sertões. Márcia Regina Naxara ressalta a importância dessas representações cartográficas do espaço como elementos de constituição da paisagem cultural do país, uma vez que “*promovem atos de reconhecimento do país por suas paisagens e pela conformação imaginária e cartográfica que lhe é própria*” (NAXARA, 2013, p. 102). O que temos nesses exemplos da cartografia setecentista sobre o sertão é a construção imaginária dessa paisagem cultural que marcará profundamente sua definição associada ao deserto. Uma construção social tão forte e tão arraigada no imaginário social que...

Seja qual for a definição, caracterização ou definição geográfica que se queira dar ao sertão, uma ideia que permeia o imaginário nacional, até os dias atuais, é a de que os sertões se identificam pela carência de civilização, está distante,



é interior e, normalmente, pobre, e pertence ao espaço do rural. Daí, portanto, a rápida associação que fazemos do sertão somente com o semi-árido nordestino (SARAIVA, 2004, p. 80).

Mafalda Zemella cita a descrição de um cronista anônimo sobre um caminho aberto pelos paulistas que ligava suas vilas ao nordeste, passando pelos sertões (em seu texto, associado à deserto). É interessante que ao mesmo tempo em que ele menciona deserto ele fala de aprisionamento de indígenas Tapuyas.

Das vilas de São Paulo para o Rio de São Francisco descobrirão antigamente os paulistas hum caminho a que chamavão Caminho Geral do Certão pelo qual entravão cortando os **vastos desertos** que medeão entre as ditas Vilas e o dito Rio nelle fizerão varias conquistas de Tapuyas e passarão a outras para os certões de diversas Juridições, como foram Marahãm, Pernambuco e Bahia... (ZEMELLA, 1990, p. 125).

Seja através da escrita ou das representações cartográficas, Paracatu, creio estar claro, encontra-se numa região assim, associada a ideia de deserto e isolamento. O que estou afirmando é que, entre os autores até aqui discutidos, esse isolamento poderia diminuir a importância do seu arraial e de sua história por decorrência dessa distância da região, de seu estado representado ora como uma região coberta de gentios selvagens ora como espaço vazio, ainda a ser preenchido, dominado. Tratava-se então de relacionar Paracatu, e posteriormente seus habitantes, com os elementos vindos do litoral.

No livro *Memória Cultural*, Oliveira Mello emite seu posicionamento sobre a miscigenação que ocorre no arraial, já em tempos anteriores a descoberta do ouro, mas que teria se intensificado após o seu anúncio em 1744. Ele afirma que “*em virtude de todo caldeamento, podemos assegurar que o paracatuense é dotado da resistência e da energia do caboclo, da bondade resignada do preto, da intrepidez dos antepassados colonizadores e da pertinácia dos reinóis*” (MELLO, 1990, 20). A característica com que descreve os colonizadores, a *intrepidez*, teria tornado possível a ocupação efetiva desse “deserto selvagem” chamado sertão, através da chegada dos criadores de gado. Nos dizeres de Afonso Arinos:

Destruído o gentio hostil, fundados os núcleos de suprimento e comunicações como Morrinhos e S. Romão, prosseguiu a expansão vagarosa da civilização do couro. Os sertões foram sendo conquistados e as manadas se estendendo aos poucos, pontilhando-se as terras de fazendas de criar em grande parte do curso mineiro do S. Francisco e dos seus afluentes de ambas as margens: o rio das Velhas, o Urucuia, o Paracatu (FRANCO, 1955, p. 11).



O autor citado acima, Afonso Arinos, era sobrinho do Afonso Arinos de Melo Franco (irmão de Afrânio de Melo Franco, importante diplomata brasileiro) que se tornou uma referência para os paracatuenses, como jurista, jornalista e escritor. Até hoje é exaltado e reconhecido no meio cultural da cidade como o introdutor do regionalismo na literatura brasileira, motivo pelo qual se tornou o ocupante de número 40 da Academia Brasileira de Letras.

Em um de seus contos mais conhecidos, *Pelo Sertão*, de 1898, Afonso Arinos endossa a imagem construída do sertão como um lugar distante, deserto e, ao mesmo tempo, ocupado por “tribos nômades”. Ao se referir a um velho buriti da região, ele escreve:

Talvez passaram junto de ti, há dois séculos, as primeiras bandeiras invasoras, o guerreiro tupi, os escravos dos de Piratininga, parou então estático diante da velha palmeira e lembrou os tempos de sua independência, quando as **tribos nômades vagavam livres** por essa terra. **Poeta dos desertos**, cantor mudo da natureza virgem **dos sertões**, evohé! Gerações e gerações passarão ainda, antes que seque este tronco pardo e escamoso. A terra que te circunda e os campos adjacentes tomaram teu nome, ó epônimo e o conservarão. Se algum dia a civilização ganhar essa **paragem longínqua**, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de soco, velho Buriti Perdido (FRANCO, 1955, p. 51-52 grifos meus).

Estão aí todas aquelas referências que foram utilizadas para representar os sertões: as *tribos nômades livres* (entenda selvagem) que não tinham controle da natureza, sem domínio da agricultura, que vagavam pela região; o *deserto* que ora substitui ora se mescla com a ideia de sertão; e a distância, a *paragem longínqua* que se mantinha afastada da civilização que compunha o litoral. Essas referências estarão presentes também na obra de seu sobrinho.

Nos escritos de Afonso Arinos (sobrinho) é flagrante como o indígena da região se torna um problema para o estabelecimento da civilização que ele denomina “do couro”. Bem antes da descoberta do ouro, pouco a pouco a região, entenda sertão, foi sendo conquistada, domada, “como é necessário fazer” com tudo aquilo que não se submete a ordem e ao padrão das gentes civilizadas e ordeiras do litoral.

Interessa aqui a representação de uma Paracatu dinâmica e ativa, com presença de grupos de culturas diferentes, pois esta imagem da cidade serviria para explicar e justificar as características “brilhantes” de pessoas como Afonso Arinos. A representação de uma cidade tomada pelo selvagem em pleno deserto não contribuiria para ajudar a compreender a origem de



“tipos humanos” como aqueles que descenderam da família Melo Franco. Assim, na introdução de sua obra, Afonso Arinos (sobrinho) explica:

Na fase provincial, estudarei a formação do núcleo social em que se aprofundam as raízes coloniais da sua gente, núcleo que se singulariza pela participação simultânea na democrática “civilização do couro”, e na patriarcal e semi-aristocrática “civilização do ouro”. O que deu em resultado a criação destes tipos de homens ao mesmo tempo simples e requintados, próximos do povo como os que mais o forem, mas sentindo-se à vontade nos grandes ambientes de cultura. Tipos humanos, mineiros e brasileiros, de que Afrânio de Melo Franco e seu irmão Afonso Arinos foram os mais característicos representantes (FRANCO, 1955, p. XV).

545

A representação de um arraial que desde cedo estava ocupado pelos sertanejos criadores de gado não é simplesmente um dado objetivo, tal qual nos apresenta Waldemar Barbosa elencando os vários documentos que revelam as concessões de sesmarias na região do rio Paracatu (BARBOSA, 1995, p. 237). Nesse caso, cumpria a função de equilibrar a história de fausto que o arraial vai vivenciar durante o período da exploração aurífera e, conseqüentemente, de formar o caráter do homem paracatuense que ao mesmo tempo simples, pode ser também muito requintado.

A *civilização do couro* em Paracatu, segundo a representação construída por Afonso Arinos, contribuiu para a formação de um povo mais simples, acostumado ao tempo mais tradicional, enquanto a *civilização do ouro* fê-lo ser alguém capaz de extrapolar a vida rudimentar que caracterizava a cultura sertaneja, capacitando-o a conviver adequadamente *nos grandes ambientes de cultura*.

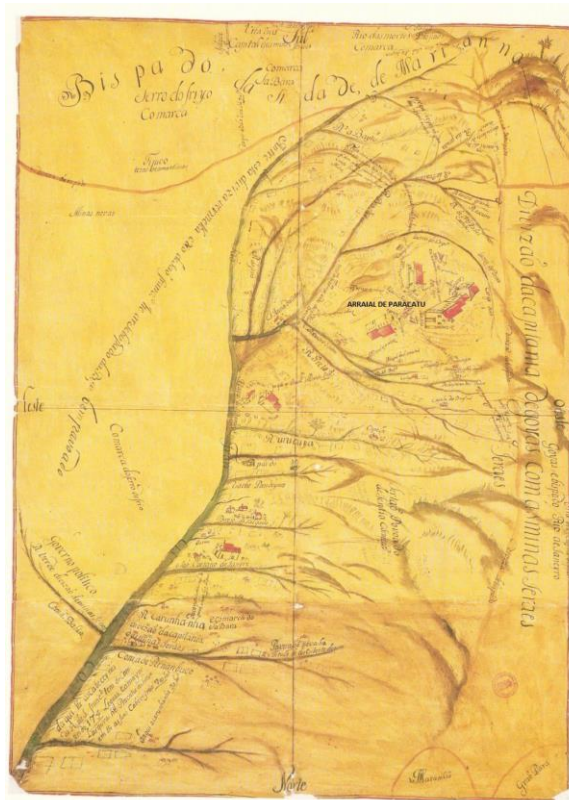
Colocado no encontro das duas grandes eras históricas sertanejas, a do couro e a do ouro, cada uma com as suas características culturais definidas, Paracatu participou dos dois ambientes. Foi, desde o século XVIII, centro das duas atividades econômicas, a criadora e a mineradora, conforme demonstram velhos documentos municipais. Conheceu ao mesmo tempo a vida requintada e luxuosa da mineração e a formação social igualitária da criação. E **estas influências formadoras, até certo ponto contrastantes, explicam, em grande parte, traços psicológicos** de alguns dos filhos mais destacados do velho centro mineiro, como os irmãos Afonso Arinos e Afrânio de Melo Franco (FRANCO, 1955, p. 14 - grifo meu).

No *Mapa da Freguesia da Manga* de 1764 (FIGURA 4), temos um bom exemplo sobre isso que estamos falando. Os mapas produzidos sobre as regiões das minas decorriam da necessidade da Coroa portuguesa aumentar o conhecimento sobre o sertão (COSTA, 2005, p. 18). Os mapas produzidos nessa época, portanto, passam a descrever com mais riqueza de



detalhes toda intervenção humana no espaço. Neste caso, a presença dos caminhos, das igrejas e do gado representa um território conquistado. Sobre isso, afirma Antônio Gilberto Costa:

Os acidentes naturais estão bem demarcados: serras, rios montanhas, matas, capoeiras aparecem retratados cada vez com mais exatidão. Os rios e caminhos dominam a paisagem, afinal eram fatores fundamentais para a penetração na área conforme salientam os relatos dos sertanistas. Mas não só os rios e os caminhos abertos, toda a presença humana está bem presente na construção das capelas e estabelecimento das fazendas, freguesias, arraiais, vilas e cidades, etc. A ocupação portuguesa está em quase todas as partes, retratando um espaço de exploração econômica, nas referências, por exemplo, às “terras diamantinas”, ou “por aqui se esperam grandes haveres de ouro”, ou ainda “povoação nova a título de descoberto de ouro”, que aparece no *Mapa da freguesia da Manga* (COSTA, 2005, p. 19 e 21).



(FIGURA 4: **MAPA DA FREGUESIA DA MANGA**. ca. 1764. 84 x 61 cm; Manuscrito desenho e aquarela colorida; AHU (n. 252/1158). FONTE: COSTA, 2005, p. 228).

Sobre este mesmo mapa, Cláudia Furtado o descreve da seguinte maneira: “*Mapa representando a ‘divisão da capitania de Goiás com as Minas Gerais’*. Na margem esquerda do rio São Francisco, o arraial de Paracatu aparece em meio a fazendas e sertões” (FONSECA, 2005, p. 263). Ressalta-se, portanto, a presença, nos sertões, do povoamento e domínio português. No caso do noroeste de Minas, uma área tão distante dos demais núcleos de



povoamento e de exploração aurífera da capitania, as fazendas e igrejas serão as referências para o domínio dessas áreas e a presença do povoamento, conforme representado no mapa anterior. Neste sentido, Afonso Arinos (sobrinho) constrói a imagem do gado curraleiro como o *povoador plebeu dos sertões*.

Êstes vastos campos do maciço mineiro, a oeste do São Francisco, foram desde cedo considerados excelentes para a criação. Urbino Viana refere-se à multiplicação das fazendas, ou “currais de gado”, em toda aquela zona, a partir da segunda metade do século XVII, movimento que deu origem ao famoso gado curraleiro, povoador plebeu dos nossos sertões, cujo destino se veria ofuscado depois pelo culto quase religioso (como na Índia) do aristocrático zebu (FRANCO, 1955, p. 11).

A outra referência usada no mapa é a das igrejas. Os três principais templos de Paracatu são representados nele. A igreja de Sant’ Anna construída em 1736, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres (1744) e a igreja da Matriz (1746). As igrejas representam o controle e a ordem, a essência de uma cultura religiosa do dominador europeu. Um claro sinal de sua presença e seu domínio com tudo aquilo que ela representava, pois a religião trazia consigo “o apoio moral sem o qual não se podia organizar a sociedade em bases duradouras” (COSTA, 2007, p. 188). Além disso, representavam a superação do mundo do sertão: “em meio à construção de templos e edifícios – concentrados especialmente na segunda metade do século XVIII -, *perpassava o desejo de superar a aparência rústica de um mundo erigido no sertão*” (SILVEIRA, 1997, p. 59).

Nessa representação cartográfica, portanto, temos dois elementos que foram fundamentais, dentro das construções historiográficas (e cartográficas), para representar o domínio do colonizador nos sertões do noroeste: o gado (a presença das fazendas) e a igreja. Enquanto os demais arraiais e vilas mineiras estão sendo descritas pelas suas características urbanas, e pelas intensas correntes migratórias atraídas em seus núcleos pela descoberta do ouro, Paracatu é descrita como a área largamente ocupada por fazendas e com a forte presença da igreja.

O sertão paracatuense, por mais distante que estivesse dos demais núcleos de mineração, estava assim, livre de permanecer no vazio e debaixo da presença dos elementos que lhe representava: o *gentio hostil e selvagem*. O sertão de Paracatu foi *domesticado* pela historiografia. Mas, não somente pelos argumentos aqui expostos. De que adianta estar povoada, mas permanecer isolada (outra característica intrínseca do sertão)? Por isso, Paracatu



como mencionado anteriormente, no século XVIII foi representada como um ponto de convergência de vários caminhos que a vinculava e a colocava em contato intenso com várias regiões da capitania e da colônia.

A historiografia constrói a imagem de um arraial no século XVIII que mesmo antes da descoberta do ouro interagiu com diversas regiões de minas e outras capitanias da colônia através de alguns caminhos que passavam pela cidade. A paisagem cultural de Paracatu foi construída de forma a enfatizar sua posição geográfica e estratégica como uma grande encruzilhada do Brasil central. É importante atentar para essa construção, pois nem sempre a paisagem da cidade será representada dessa maneira.

Para Diogo de Vasconcelos, a história da abertura desses vários caminhos que passavam por Paracatu estava associada, em primeiro lugar, à Goiás, e em segundo, ao contrabando do ouro. Segundo ele “*a multidão, indo e vindo para Goiás, abriu por várias direções trilhos e veredas que serviam aos extraviadores de ouro*” (VASCONCELOS, 1999, p. 139). Para ter maior controle sobre o transporte do metal, Gomes Freire decidiu “*abrir uma estrada normal para o novo distrito com todas as comodidades possíveis e segurança, além de que fosse mais breve, pela qual os viajantes honestos, preferissem transitar*” (VASCONCELOS, 1999, p. 139). O caminho ligaria Pitangui, considerada uma importante encruzilhada de várias estradas que a ligavam ao Rio de Janeiro, a São Paulo e à Vila Rica, até as minas de Vila Boa em Goiás.

Esse caminho será muito importante na construção da imagem de Paracatu, pois seu surgimento antecede a descoberta do ouro e já anuncia o povoamento da região. Oliveira Mello faz menção da *Picada de Goiás* em vários de seus livros. Como vimos, quando autorizada por Gomes Freire, seu objetivo não era vincular Paracatu a algum centro minerador, mas sim os demais núcleos mineradores de Minas (a partir de Pitangui) a Goiás. Mas, o fato de a estrada passar pela cidade será enfatizado como algo que proporcionará a ela trânsito com vários outros centros mineradores da colônia. A estrada parece nos escritos ter sido construída para atender os interesses da cidade, e não esta ter sido beneficiada indiretamente por ela.

Percebe-se assim, que em momento algum, a distância é colocada como um problema para o desenvolvimento do arraial que agora já aparece identificado como uma encruzilhada *de todos os caminhos que levam à Goiás*. Paracatu está vinculada, segundo as informações que são fornecidas nesses textos e segundo já mencionamos anteriormente, aos rincões da colônia. Oliveira Mello fala de um *intercâmbio comercial entre Paracatu e as principais regiões já*



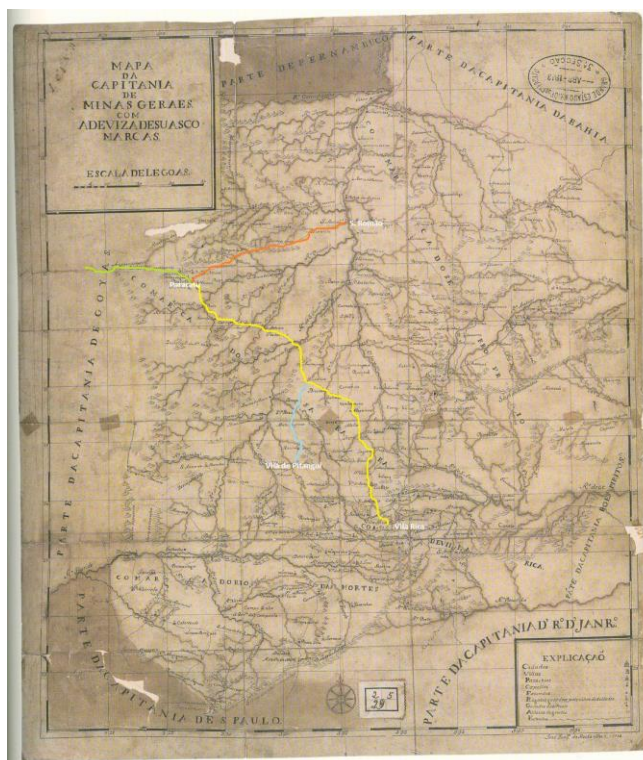
povoadas das Minas Gerais e de Goiás, e mesmo com as do Nordeste do País! (MELLO, 2002, p. 429). Nem mesmo Pernambuco estava distante o suficiente para comprometer a relação de Paracatu com essa região tão afastada no nordeste.

Para ele, Paracatu havia se tornado um grande empório comercial em pleno sertão, sem grandes concorrentes por perto, pois a região de Goiás, como veremos, *apesar de fértil, não possuía meios para exportar seus produtos.*

Os tropeiros se transformaram nos continuadores das conquistas dos bandeirantes. O incremento comercial da Vila teve como fator importante o Rio Paracatu. Era a estrada líquida do sertão integrando aquele mundo ao comércio nordestino, principalmente com a Bahia e Pernambuco, através da navegação que se implantou. As tropas eram as únicas ativadoras do comércio sertanejo. Transportavam cargas do extremo norte do município (Vale do Carinhanha), até ao oeste e Triângulo Mineiro. Dentre as principais exportações de indústrias manufatureiras estavam as velas de sebo e o sabão. Havia também a exportação de couro, de algodão, de cereais. Na mesma época existia o precário e incipiente transporte fluvial, praticado pelos barranqueiros do São Francisco, principalmente de São Romão, de Januária e até de Juazeiro (na Bahia). As barcaças vinham carregadas sobretudo de sal. Voltavam levando cereais, couros, solas, sabão, açúcar, cachaça. A região goiana que faz divisa com Paracatu, apesar de fértil, não possuía meios para exportar seus produtos (MELLO, 2002, p. 431).

Na cartografia, Paracatu apareceu representada da mesma forma, como uma encruzilhada de diversos caminhos que seguiam para Goiás. Nos séculos anteriores à descoberta do ouro, praticamente não encontramos representações cartográficas da região mineira. É o “*grande fluxo populacional e a falta de estrutura administrativa nas minas [que] reforçaram a demanda por mapas*” (RENGER, 2007, p. 114), segundo Friedrich Renger. A necessidade de garantir a arrecadação dos tributos para a Fazenda Real fez com que diversas normas fossem expedidas de Portugal no sentido de se produzirem mapas mais exatos, com o apontamento de caminhos e de registros presentes em cada um deles.

O *Mapa da Capitania de Minas Geraes com a divisa de suas Comarcas*, se tornou uma referência para vários documentos cartográficos produzidos não somente no fim do século XVIII como também no XIX. Segundo Antônio Gilberto Costa, o documento produzido por José Joaquim da Rocha, em 1778, “*pode ser considerado o primeiro documento que traz a representação de todo o conjunto da capitania.*” (RENGER, 2007, p. 118). Neste documento, Paracatu aparece como o arraial onde chegavam dois caminhos. A partir daí, há a indicação de um caminho em direção a Goiás (FIGURA 05).



(FIGURA 05: MAPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES COM A DEVISA DE SUAS COMARCAS. Jozé Joaquim da Rocha, 1778. 41,9 x 35,1 cm; Aquarela. AHEX). FONTE: COSTA, 2004, p. 147.

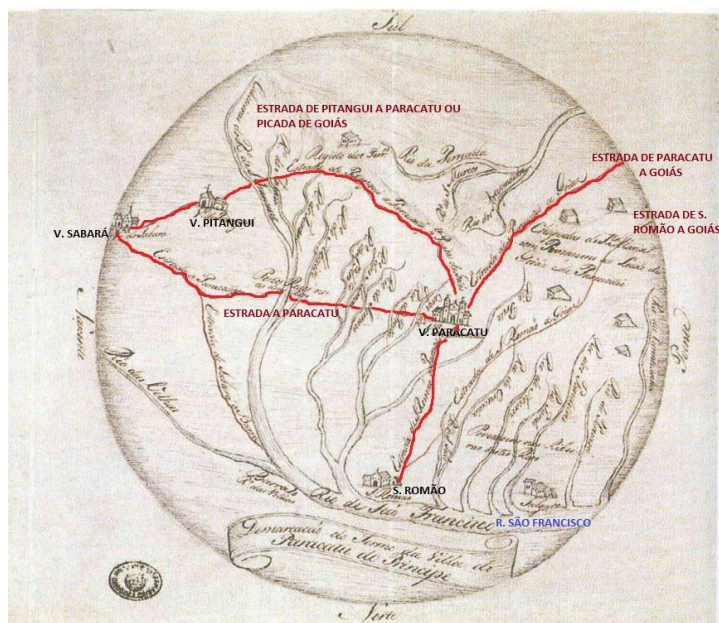
É interessante notar que neste mapa não temos registro de “diversos caminhos” que fazem de Paracatu um grande entroncamento no Brasil central. São dois importantes caminhos, é verdade, mas que ainda não dão a entender que em Paracatu chegavam vários desses. No mapa de Jozé Joaquim da Rocha, temos ao sul o caminho que a vincula a vila de Pitangui (e Sabará) e também a vila Rica; ao norte, o caminho que vincula São Romão à Paracatu. De fato, percebe-se São Romão como um grande entroncamento de diversos caminhos. Ali chegam caminhos pelo leste, da região de Minas e da Capitania do Espírito Santo; do norte, ladeando as duas margens do São Francisco; do sul, com diversas bifurcações que vinculam aos vários núcleos de mineração de Minas.

Temos um documento de 1800 (FIGURA 06) em que o termo da Vila de Paracatu aparece descrito no mapa, assim também como parte do termo de outras vilas da comarca de Rio das Velhas (Pitangui e Sabará). Neste mapa, Paracatu já aparece como uma encruzilhada de importantes estradas. Sobre o mapa, Cláudia Fonseca faz as seguintes observações:

Aparentemente, esta forma circular serve apenas para orientar e enquadrar o desenho, os quatro pontos cardeais estando indicados no exterior do perímetro. Contudo, é preciso notar que a sede (Vila de Paracatu) não ocupa o



centro exato do círculo, mas situa-se bem no meio do termo de Paracatu, cujos limites não são explicitamente indicados, mas apenas sugeridos: o rio São Francisco até a sua nascente, seu afluente Carinhanha, os ribeirões Paranaíba e São Marcos. Observa-se também que a centralidade da sede é ‘geométrica’ e ‘topográfica’, mas também ‘funcional’, no sentido anteriormente discutido: a Vila de Paracatu é representada como uma encruzilhada de importantes estradas que a ligam a Pitangui, a Goiás, à Vila de Sabará e à sede do julgado de São Romão (FONSECA, 2011, p. 326).



(FIGURA 06: **DEMARCAÇÃO DO TERMO DA VILLA DO PARACATU DO PRÍNCIPE**. Ca. 1800. 20 x 22 cm; Manuscrito e aquarela; AHU (n. 267/1177) FONTE: COSTA, 2004, p. 221.

Neste caso estudado temos a representação da Vila de Paracatu claramente descrita como uma encruzilhada de importantes caminhos de Minas Gerais. A partir de imagens como esta última, e de um discurso historiográfico como aqueles que acabamos de citar anteriormente, são construídas as representações de Paracatu como uma encruzilhada do sertão, em pleno Brasil central.

IV. Considerações finais

Em primeiro lugar, como vimos, há um esforço historiográfico em vincular o povoamento do arraial ao mesmo período de descoberta dos primeiros núcleos auríferos mineiros no final do século XVII, apesar dos documentos não serem claros sobre isso.



Entretanto, esse povoamento não teria ocorrido pelos elementos vindos do litoral, mas pelo gado, que Afonso Arinos (sobrinho) transforma em um personagem do sertão.

Em segundo, constrói-se a representação do paracatuense vinculando-a ao sertanejo (apesar deste ser associado à figura do homem rude e simples do sertão). A cultura sertaneja teria sido a responsável por moldar e por equilibrar a personalidade do homem paracatuense, que além de saber conviver com a cultura mais *fina e requintada* (característica que teria adquirido com a *civilização do ouro*) também conservaria dentro de sua alma a simplicidade, o desprendimento e os valores tradicionais do homem sertanejo (valores que teria absorvido da *civilização do couro*).

Em terceiro, como percebemos, apesar de se encontrar no sertão, lugar confundido com deserto, carência, isolamento, selvageria, a paisagem cultural de Paracatu foi representada tanto nos documentos escritos quanto nos cartográficos como precocemente povoado (com presença de currais e igrejas, elementos utilizados na cartografia para indicar a superação da aparência rústica, despovoada e incivilizada do sertão) e como uma encruzilhada de vários caminhos que chegavam de várias regiões da colônia com destino a Goiás.

V. Referências

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.

CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. *Paracatu: Morro do Ouro*. São Paulo, Ed. Abril S. A., 1992.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

_____. *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

_____. *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FERRARA, Lucrécia d'Alessio. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, C. F. e PESAVENTO, Sandra Jatthy (Org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

FONSECA, Cláudio Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.



FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MELLO, Oliveira. *Afonso Arinos e o Sertão*. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1961.

_____. *Paracatu do Príncipe: Minha Terra*. Paracatu: Edição da Prefeitura Municipal de Paracatu, 1979.

_____. *Memória Cultural (A cultura em Paracatu)*. Belo Horizonte, Ed. Da Comissão Mineira de Folclore, 1990.

_____. *Preservação da memória*. Brasília, Edição do Autor, 1993.

_____. *As Minas Reveladas (Paracatu no Tempo)*. Paracatu, Ed. da Prefeitura Municipal de Paracatu, 2002.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Brasil: país em paisagens. In: NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (Orgs.). *Conceitos e linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
RENGER, Friedrich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735). In:
RESENDE, Maria Efigência Lage de; LILALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, I*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto – Estado e sociedade nas Minas Gerais setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOUZA, Célia Ferraz de. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: SOUZA, C. F. e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.